

Ribeirão Preto, 06 de março de 2017.

À

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

São Carlos - SP

Atenção do Senhor: **Daniel José Mendes Canedo**

Diretor Presidente

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP


Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E O RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2017

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E O
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cooperados da

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

São Carlos - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Conforme mencionado na nota explicativa 07, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas DIOPE nº 20, de 20 de outubro de 2008 e DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que definiu a forma das Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem as obrigações legais, mantém registrado no passivo circulante e não circulante “Tributos e Contribuições a recolher – parcelamento”, com correspondência, ao ativo circulante e não circulante “título de créditos a receber de cooperados” o valor de R\$ 41.627 mil, em 31 de dezembro de 2016. Tal valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha de pagar as obrigações legais registradas no passivo circulante e não circulante. Considerando que se trata de um ativo ainda não devidamente formalizado e individualizado, cuja sua realização está vinculada a demandas passivas, a sua recuperação pode ser classificada como duvidosa e, portanto, sujeito a provisão para perdas. Consequentemente, o ativo circulante e não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no valor de R\$ 41.627 mil, devido ao não reconhecimento da provisão para perdas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – levantamento de créditos e débitos tributários

Está em fase de análise preliminar pela Administração da Cooperativa o resultado do levantamento de créditos e débitos tributários relacionados aos impostos administrados pela Secretária da Receita Federal, levantados por especialistas externos contratados pela Cooperativa, estudos preliminares apresentaram resultados favoráveis a Cooperativa. No entanto, tais resultados deverão ser discutidos com os assessores jurídicos da Cooperativa, em função, do desalinhamento que cerca essa questão tributária do segmento cooperativista.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e ao Conselho Fiscal.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17 de fevereiro de 2017.



BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rodrigo Garcia Giroldo', is written over a light blue rectangular background.

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	Nota explicativa	2016	2015
Ativo circulante		56.253.178	60.272.803
Disponível		417.697	312.785
Realizável		55.835.481	59.960.018
Aplicações	4	29.520.360	30.419.841
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		29.520.360	28.657.559
Aplicações livres		-	1.762.282
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	3.114.028	4.907.293
Contraprestação pecuniária a receber		2.984.943	4.538.574
Outros créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde		90.885	191.216
Operadoras de planos de assistência à saúde		38.200	177.503
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		5.975.081	7.374.307
Créditos tributários e previdenciários		4.577.459	4.078.993
Bens e títulos a receber	6	6.950.258	7.524.042
Despesas antecipadas		32.430	19.688
Conta corrente com cooperados	7	5.665.865	5.635.854
Ativo não circulante		88.927.386	90.356.945
Realizável a longo prazo		37.138.094	46.303.118
Depósitos judiciais e fiscais	6	1.012.582	10.803.853
Conta corrente com cooperados	7	36.125.512	35.499.265
Investimentos	8	2.953.614	2.602.329
Participações societárias – investimentos no país		2.953.614	2.602.329
Imobilizado	9	45.053.415	39.412.667
Imóveis de uso próprio – hospitalar		5.031.823	5.328.353
Imóveis de uso próprio – não hospitalar		7.004.545	7.257.295
Bens móveis – hospitalar		7.061.261	7.219.004
Bens móveis – não hospitalar		5.068.085	5.124.370
Outras imobilizações – hospitalar		16.563.162	10.159.106
Outras imobilizações – não hospitalar		4.324.539	4.324.539
Intangível	10	3.782.263	2.038.831
Total do ativo		145.180.564	150.629.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	Nota	2016	2015
	explicativa		
Passivo circulante		54.236.548	53.671.854
Provisões técnicas de oper. de assistência à saúde	11	24.574.202	27.829.720
Provisão para remissão		447.731	388.772
Provisão de eventos a Liquidar para SUS		3.953.889	5.145.983
Provisão de eventos a liquidar		10.765.932	9.804.450
Provisão de eventos ocorridos e não avisados		9.406.650	12.490.515
Débitos de operações de assistência à saúde		31.341	49.183
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		2.201.996	2.274.220
Provisões	14	1.995.220	1.465.042
Tributos e encargos sociais a recolher	12	8.875.952	8.222.436
Empréstimos e financiamentos a pagar	13	5.439.415	2.224.164
Débitos diversos	15	10.604.860	11.138.815
Conta corrente de cooperados		513.562	468.274
Passivo não circulante		64.170.912	66.363.742
Provisões técnicas de oper. de assistência à saúde	11	2.896.254	827.839
Tributos e enc. Sociais a recolher – parcelamento	12	36.125.512	44.439.967
Empréstimos e financiamentos a pagar	13	23.102.645	18.448.741
Provisões	14	2.046.501	2.647.195
Patrimônio líquido		26.773.104	30.594.152
Capital social	16	14.100.212	13.796.896
Reservas	16	16.637.603	15.205.051
Reservas de reavaliação		2.206.727	2.284.913
Reserva de sobras		14.430.876	12.920.138
(Perdas) sobras para deliberação da AGO	17	(3.964.711)	1.592.205
Total do passivo e patrimônio líquido		145.180.564	150.629.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	Nota explicativa	2016	2015
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		261.633.604	232.772.552
Contraprestações líquidas		265.508.622	235.952.562
Variação das provisões técnicas		(1.356.826)	(857.420)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(2.518.192)	(2.322.590)
Eventos indenizáveis líquidos		(220.500.185)	(203.471.892)
Eventos conhecidos ou avisados		(223.584.050)	(201.844.717)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		3.083.865	(1.627.175)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		41.133.419	29.300.660
Outros ingressos operacionais de planos de assistência à saúde		486.724	330.712
Outros ingressos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		55.800.557	47.774.729
(-) Tributos diretos de outras ativ. de assist. à saúde		(77.651)	(52.899)
Outras despesas operacionais		(11.123.397)	(7.541.995)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.395.369)	(786.188)
Outras		(9.728.028)	(6.755.807)
Outros dispêndios de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		(54.023.930)	(38.608.726)
Resultado bruto		32.195.722	31.202.481
Despesas de comercialização		(978.527)	(1.066.434)
Despesas administrativas		(36.084.524)	(31.535.452)
Resultado financeiro líquido		1.625.794	4.491.833
Receitas financeiras	18	3.916.938	6.162.942
Despesas financeiras	18	(2.291.144)	(1.671.109)
Resultado patrimonial		233.168	(168.417)
Receitas patrimoniais		444.388	342.970
Despesas patrimoniais		(211.220)	(511.387)
Resultado antes dos impostos e participações		(3.008.367)	2.924.011
Imposto de renda e contribuição social – corrente		(931.278)	(837.523)
Imposto de renda e contribuição social – diferido		-	(283.394)
Participações sobre o lucro		(184.719)	(173.744)
Resultado líquido		(4.124.364)	1.629.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	2016	2015
Resultado líquido	(4.124.364)	1.629.350
Realização da reserva de reavaliação	78.186	109.491
Resultado abrangente do exercício	(4.046.178)	1.738.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de sobras		Sobras à disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	RATES		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	13.605.564	2.394.404	9.924.021	97.766	1.950.903	27.972.658
Destinação do resultado conforme AGO de 18/3/2015:						
Transferência do resultado para fundo de reserva	-	-	1.950.903	-	(1.950.903)	-
Transferência dos juros sobre o capital p/ fundo de reserva	-	-	800.812	-	-	800.812
Integralização por admissão	430.394	-	-	-	-	430.394
Baixas de capital	(239.062)	-	-	-	-	(239.062)
Realização da reserva de reavaliação	-	(109.491)	-	-	109.491	-
Utilização do Rates	-	-	-	(97.766)	97.766	-
Resultado líquido	-	-	-	-	1.629.350	1.629.350
Constituição de reserva estatutária	-	-	162.935	81.467	(244.402)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.796.896	2.284.913	12.838.671	81.467	1.592.205	30.594.152
Destinação do resultado conforme AGO de 15/3/2016:						
Transferência do resultado para fundo de reserva	-	-	1.592.205	-	(1.592.205)	-
Integralização por admissão	429.800	-	-	-	-	429.800
Baixas de capital	(126.484)	-	-	-	-	(126.484)
Realização da reserva de reavaliação	-	(78.186)	-	-	78.186	-
Utilização do Rates	-	-	-	(81.467)	81.467	-
Resultado líquido	-	-	-	-	(4.124.364)	(4.124.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.100.212	2.206.727	14.430.876	-	(3.964.711)	26.773.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	2016	2015
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de plano de saúde	313.524.659	271.052.746
(+) Resgate de aplicações financeiras	196.489.579	76.513.377
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	2.683.789	3.785.650
(+) Outros recebimentos operacionais	7.348.963	6.308.261
(-) Aplicações financeiras	(188.213.602)	(74.698.160)
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(221.774.550)	(178.325.619)
(-) Pagamento de comissões	(424.013)	(597.884)
(-) Pagamento de pessoal	(46.486.794)	(28.196.206)
(-) Pagamento de Pró-labore	(3.165.760)	(2.731.816)
(-) Pagamento de serviços técnicos	(7.424.229)	(4.006.170)
(-) Pagamento de tributos	(14.456.670)	(21.172.454)
(-) Pagamento de contingências	(5.068.727)	(5.376.948)
(-) Pagamento de aluguel	(1.352.948)	(317.217)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(1.086.674)	(1.634.139)
(-) Outros pagamentos operacionais	(25.460.986)	(32.441.780)
Caixa líquido das atividades operacionais	5.132.037	8.161.641
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de investimentos	23.076	-
(-) Pagamento de Aquisição de ativo imobilizado – Hosp.	(7.053.665)	(16.594.016)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(516.260)	(1.219.134)
(-) Outros pagamentos de Investimentos	(85.917)	(343.669)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(7.632.766)	(18.156.819)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	40.000	-
(+) Outros recebimentos de atividade de financiamentos	18.457.175	15.951.000
(-) Pagamento de amortização – empréstimos e financiamentos	(15.754.115)	(4.607.860)
(-) Outros pagamentos de atividades de financiamento	(137.419)	(1.359.650)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.605.641	9.983.490
Variação líquida do caixa	104.912	(11.688)
Caixa – saldo inicial	312.785	324.473
Caixa – saldo final	417.697	312.785
Ativos livres no início do período	11.640.148	17.732.102
Ativos livres no final do período	417.697	11.640.148
Diminuição nas aplicações financeiras – recursos livres	(11.222.451)	(6.091.954)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

1. Contexto operacional

A **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico**, sediada em São Carlos -SP, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. Contava com 349 cooperados ao final de 2016 e com 351 em 2015. Para obter receitas necessárias e atingir seus objetivos, administra a carteira de planos privados de assistência à saúde, a qual contempla beneficiários de planos coletivos e individuais. Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso a rede própria de prestadores de serviços médicos (cooperados), hospitais, clínicas e laboratórios credenciados na sua cidade sede e região. Complementando as suas atividades a Cooperativa conta com um hospital 24 horas, um laboratório, um núcleo de atenção integral a saúde - Viver Bem, duas farmácias, um SOU - Saúde Ocupacional Unimed e um centro administrativo.

A cooperativa é dependente das diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, políticas de comercialização e reajustes de preços dos planos de saúde, e também de estabelecer normas financeiras e contábeis.

A Cooperativa possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 35403-1.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/71, bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, em consonância com o plano de contas padrão das operadoras de planos privados de assistência à saúde – OPS estabelecido na Resolução Normativa – RN 390 (última alteração).

Este conjunto de demonstrações financeiras foi preparada pela Cooperativa de acordo com o Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 17 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cooperativa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Cooperativa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Cooperativa são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

a) Apuração das sobras ou perdas

As contraprestações pecuniárias, eventos indenizáveis, ingressos e dispêndios são apropriados obedecendo ao regime de competência. As contraprestações pecuniárias representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Cooperativa.

As contraprestações pecuniárias são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Cooperativa; e (iv) no momento que os serviços estejam disponíveis para os usuários, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao usuário.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Cooperativa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem os créditos de operações com planos de assistência à saúde e demais valores a receber.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado, se aplicável.

Em 31 de dezembro de 2016, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, prestadores de serviços, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento, conforme determinação da ANS em grupo titulado “disponível”.

e) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras livres e não vinculadas são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas, nos termos da RN nº 159/2007, possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

f) Créditos com plano de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos oriundos dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's.

g) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC

É registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

h) Estoques

Avaliados pelo custo de aquisição. Variações em relação aos valores de reposição ou de realização não são relevantes.

i) Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, são demonstrados ao valor de aquisição, somadas as incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos.

j) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea em 2005, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Cooperativa inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Ingressos (dispêndios) patrimoniais" na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2016.

m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de remissão: é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada com base em nota técnica devidamente aprovada pela ANS, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 148, de 3 de março de 2007 e normas posteriores.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados -PEONA: destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 160, da ANS e alterações posteriores. A Cooperativa tem aprovada pela ANS a metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial.

Provisão de eventos a liquidar: representados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, nos termos da Resolução Normativa –RN nº 227/10 e Instrução Normativa –IN nº 32, da ANS.

Ressarcimento ao SUS: provisão face às demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

n) Empréstimos e financiamentos

Atualizados pelos encargos contratuais incorridos até a data do balanço, ou seja, pelo regime de competência.

o) Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no resultado tributável das operações geradas com terceiros, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. Sobre o resultado decorrente da operação com cooperados não há incidência desses tributos. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre exclusões temporárias na escrituração fiscal, e apresentados no passivo não circulante, conforme sua natureza e expectativa de realização.

p) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Cooperativa, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

t) Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4. Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	2016	2015
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		24.580.860	19.279.693
Bradesco S/A	FI/ RF ANS	176.418	159.878
Santander S/A	Saúde – ANS RF	2.154.603	3.816.442
Real / Santander	FI ANS	17.130.009	15.303.373
Bradesco S/A	CDB/FI ANS	1.812.174	-
Caixa Econômica Federal	CDB/FI ANS	13.285	-
Santander S/A	CDB ANS	8.232.789	-
Banco do Brasil	FI ANS	1.082	-
(-) Lastro garantidor – excedente vinculado (ii)		(4.939.500)	-
Aplicações livres		4.939.500	11.140.148
Unicred	CDB	-	1.455.148
Bradesco S/A	CDB/FI	-	1.039.688
Caixa Econômica Federal	CDB/FI	-	22.283
Santander S/A	CDB	-	8.623.029
Lastro garantidor – excedente vinculado (iii)		4.939.500	-
Total		29.520.360	30.419.841

As aplicações são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas, nos termos da RN nº 159/2007 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

(ii) A Cooperativa poderá solicitar a ANS a liberação de no mínimo esse valor excedente de vínculo financeiro no exercício de 2017.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2016	2015
Contraprestação pecuniária a receber		
Faturas a receber – PJ	2.933.823	3.913.295
Mensalidades a receber – PF	3.805.044	3.230.955
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(3.753.924)	(2.605.676)
	<u>2.984.943</u>	<u>4.538.574</u>
Outros créd. de oper. c/ planos de assist. à saúde	263.205	368.719
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(134.120)	-
Total	<u>3.114.028</u>	<u>4.907.293</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6. Bens e títulos a receber / depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Estoques:				
Hospitais	1.330.592	-	1.302.184	-
Farmácias	575.880	-	814.146	-
Unilab	341.593	-	636.444	-
Almoxarifado centro adm.	702.861	-	709.133	-
Viver bem	15.122	-	8.842	-
	<u>2.966.048</u>	<u>-</u>	<u>3.470.749</u>	<u>-</u>
Cheques pré-datados	197.632	-	206.785	-
Cheques devolvidos	535.484	-	467.974	-
Cheques protestados	13.309	-	46.036	-
Cartões de créditos	179.818	-	206.967	-
Notas promissórias	27.012	-	27.012	-
Outros valores	957.231	-	442.166	-
Adiantamentos diversos	2.319.407	-	2.658.847	-
(-) Provisão para perdas	(245.683)	-	(2.494)	-
Total circulante	<u>6.950.258</u>	<u>-</u>	<u>7.524.042</u>	<u>-</u>
Depósitos judiciais:				
Tributos federais (i)	-	-	-	10.072.689
INSS – produção (ii)	-	202.506	-	202.506
Trabalhistas	-	218.733	-	157.410
Cíveis (iii)	-	591.343	-	371.248
Total não circulante	<u>-</u>	<u>1.012.582</u>	<u>-</u>	<u>10.803.853</u>

(i) Em 2015, representado substancialmente pelas penhoras on-line de recursos financeiros da Cooperativa, que transitavam em conta corrente e conta aplicação, que ela mantinha junto a instituições financeiras. As obrigações legais discutidas na época que determinaram este bloqueio dos recursos, atualmente, estão parceladas e vem sendo pagas pela Cooperativa, em 2016, o Judiciário determinou a compensação destes valores penhoras com a obrigação constituída.

(ii) A Cooperativa contesta a exigibilidade do INSS sobre os valores da produção pagos aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa. Os depósitos estão suportados por provisão para riscos e contingências classificada no passivo não circulante.

(iii) Depósitos efetuados relativos às ações cíveis impetradas por usuários do plano de saúde, visando o recebimento de indenizações por alegação de suposta falha médica, as quais são objeto de contestações judiciais. Os depósitos estão suportados por provisão para riscos e contingências classificada no passivo não circulante.

7. Conta corrente com cooperados

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
Valores a receber de cooperados – IN 20 (i)	5.501.194	36.125.512	5.404.375	44.439.967
(-) Provisão para perdas (ii)	-	-	-	(8.940.702)
Outros créditos - cooperados	164.671	-	231.479	-
Total	5.665.865	36.125.512	5.635.854	35.499.265

(i) Corresponde a valores atualizados de lançamento de transferência de saldo devedor de “Sobras e Perdas Acumuladas” ocorrido em 2008, decorrentes do registro em contrapartida inicialmente das contingências passivas, que atualmente estão contempladas no saldo da conta de “Tributos e contribuições a recolher – parcelamento” apresentadas no passivo circulante e não circulante (nota explicativa 12), referindo-se a responsabilidade transferida aos cooperados pelo pagamento das exigibilidades envolvidas, permanecendo a realização dos referidos créditos vinculada à efetiva exigibilidade dos passivos correspondentes. Os registros foram realizados consoantes à faculdade prevista contida na Instrução Normativa nº 20 de 20/10/2008 da DIOPE/ANS e alterações posteriores, além de ratificados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Segue conciliação dos saldos ativos e passivos:

Descrição	2016	2015
Tributos federais – parcelados (REFIS)	40.442.643	48.324.470
ISS – parcelado	1.184.063	1.519.872
Total passivo (circulante e não circulante)	41.626.706	49.844.342
Ativo circulante	5.501.194	5.404.375
Ativo não circulante	36.125.512	44.439.967
Total Ativo (circulante e não circulante)	41.626.706	49.844.342

(ii) Em 2012 a Cooperativa constituiu provisão para perdas parcial no valor de R\$ 8.940.702, referente ao mesmo valor do depósito judicial, apresentado na nota explicativa 6 (i). Em 2016, tal provisão foi revertida em função da compensação do depósito com os débitos tributários parcelados.

8. Investimentos

Descrição	2016	2015
Itaú S/A – Debêntures <i>(i)</i>	650.000	500.000
Central Nacional Unimed	189.287	189.287
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	848.919	763.002
Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas	54.787	54.787
Aliança Nacional Cooperativista	4.433	4.433
Unimed Participações Ltda.	599.069	526.388
Unicred São Carlos	611.552	568.865
(-) Provisão para perdas	(4.433)	(4.433)
Total	2.953.614	2.602.329

(i) Adquirida da Companhia Vale do Rio Doce, representada em 31 de dezembro de 2016 pelo valor justo, não superior ao de sua realização.

9. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de depre- ciação anual	Depreciação		2016	2015
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
<i>Imóveis de uso próprio – hospitalar</i>					
Edificações	2%	6.607.526	(1.575.703)	5.031.823	5.328.353
<i>Bens móveis – hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	2% a 15%	6.799.588	(1.400.904)	5.398.684	5.346.372
Móveis e utensílios	6,66%	2.036.766	(495.512)	1.541.254	1.668.892
Outras	10%	223.596	(102.273)	121.323	203.740
<i>Outras imobilizações – hospitalar</i>					
Imobilizado em curso		13.593.847	-	13.593.847	7.319.785
Imobilizado em andamento	-	3.171.407	(202.092)	2.969.315	2.839.321
<i>Imóveis de uso próprio – não hosp.</i>					
Terrenos	-	516.905	-	516.905	516.905
Edificações	2%a 2,3%	7.962.128	(1.474.488)	6.487.640	6.740.390
<i>Bens móveis – não hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	2% a15%	2.183.951	(1.316.393)	867.558	1.156.917
Móveis e utensílios	6,66%	3.200.241	(1.228.666)	1.971.575	2.023.797
Veículos	5% a 10%	385.717	(424.802)	(39.085)	52.015
Equipamentos de informática	20%	4.154.790	(2.654.146)	1.500.644	1.228.297
Outras	10%	958.535	(191.142)	767.393	663.344
<i>Outras imobilizações – não hospitalar</i>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	4.884.912	(560.373)	4.324.539	4.324.539
Total		56.679.909	(11.626.494)	45.053.415	39.412.667

As vidas úteis e valor residual, das edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e veículos, foram revisadas seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado. Para os demais grupos do ativo imobilizado depreciáveis não houve alteração nos critérios e nos valores da depreciação desses bens, por não terem representação econômica relevante e por terem as suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.

b. Movimentação do custo

Descrição	2015	Adições	Baixas	2016
<i>Imóveis de uso próprio – hospitalar</i>				
Edificações	6.607.526	-	-	6.607.526
<i>Bens móveis – hospitalar</i>				
Máquinas e equipamentos	6.054.463	807.125	(62.000)	6.799.588
Móveis e utensílios	1.957.225	79.541	-	2.036.766
Outras	218.496	5.100	-	223.596
<i>Outras imobilizações – hospitalar</i>				
Imobilizado em curso	7.319.785	6.274.062	-	13.593.847
Imobilizado em andamento	2.904.919	266.488	-	3.171.407
<i>Imóveis de uso próprio – não hospitalar</i>				
Terrenos	516.905	-	-	516.905
Edificações	7.891.013	71.115	-	7.962.128
<i>Bens móveis – não hospitalar</i>				
Máquinas e equipamentos	2.137.552	53.885	(7.486)	2.183.951
Móveis e utensílios	2.825.231	380.479	(5.469)	3.200.241
Veículos	325.566	60.151	-	385.717
Equipamentos de informática	3.400.157	821.825	(67.192)	4.154.790
Outras	726.718	231.817	-	958.535
<i>Outras imobilizações – não hospitalar</i>				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.884.912	-	-	4.884.912
Total	47.770.468	9.051.588	(142.147)	56.679.909

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2015	Adições	Baixas	2016
<i>Imóveis de uso próprio – hospitalar</i>				
Edificações	(1.279.173)	(296.530)	-	(1.575.703)
<i>Bens móveis – hospitalar</i>				
Máquinas e equipamentos	(708.091)	(692.813)	-	(1.400.904)
Móveis e utensílios	(288.333)	(207.179)	-	(495.512)
Outras	(14.756)	(87.517)	-	(102.273)
<i>Outras immobilizações - hospitalar</i>				
Imobilizado em andamento	(65.598)	(136.494)	-	(202.092)
<i>Imóveis de uso próprio – não hospitalar</i>				
Edificações	(1.150.623)	(323.865)	-	(1.474.488)
<i>Bens móveis – não hospitalar</i>				
Máquinas e equipamentos	(980.635)	(339.074)	3.316	(1.316.393)
Móveis e utensílios	(801.434)	(428.607)	1.375	(1.228.666)
Veículos	(273.551)	(151.251)	-	(424.802)
Equipamentos de informática	(2.171.860)	(510.879)	28.593	(2.654.146)
Outras	(63.374)	(127.768)	-	(191.142)
<i>Outras immobilizações – não hospitalar</i>				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(560.373)	-	-	(560.373)
Total	(8.357.801)	(3.301.977)	33.284	(11.626.494)

10. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Amortização		2016	2015
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	3.910.236	(1.743.644)	2.166.592	2.038.831
PROMOPREV	20%	1.615.671	-	1.615.671	-
Total		5.525.907	(1.743.644)	3.782.263	2.038.831

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ressarcimento SUS (i)	3.953.889	2.352.273	5.145.983	281.624
Hospitais, Clínicas e laboratórios (ii)	2.965.246	-	2.122.822	-
Médicos cooperados (ii)	5.743.276	-	6.440.105	-
Intercâmbio (ii)	2.057.410	-	1.241.523	-
Provisão para remissão	447.731	543.981	388.772	546.215
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iii)	9.406.650	-	12.490.515	-
Total	24.574.202	2.896.254	27.829.720	827.839

(i) Referente às cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As cobranças advêm de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde de beneficiários do seu plano de saúde. Em 2012, a Administração da Cooperativa optou pelo parcelamento do débito em 60 meses.

(ii) Relativo aos serviços de assistência à saúde, realizados pelos cooperados, hospitais, clínicas e laboratórios credenciados, para cobertura de assistência médica dos usuários da Cooperativa.

(iii) Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados à Operadora. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2016 corresponde à metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial aprovado pela ANS.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07:

- **Patrimônio mínimo ajustado:** capital base de R\$ 7.908.388 para 31 de dezembro de 2016, multiplicado pelo fator K, o qual depende da região de comercialização e do segmento da operadora;
- **Margem de solvência:** manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para adequação é de 10 anos, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima de 1/120 avos por mês, a partir de janeiro de 2008. Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa não estava enquadrada na proporção cumulativa, em função da perda do exercício, a administração da Cooperativa entende que a situação é momentânea uma vez que a proposta dela para a Assembleia é tornar essa perda uma obrigação dos cooperados com a Cooperativa, com tal definição a margem de solvência seria atendida;
- **Dependência operacional:** valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação. Caso o resultado deste cálculo seja um valor positivo, será necessária a constituição de ativos garantidores. A dependência operacional foi revogada em agosto de 2010 pela RN ANS nº 227/10; e
- **Ativos garantidores:** as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 159/07. Em 31 de dezembro de 2016, as garantias financeiras eram constituídas exclusivamente por aplicações financeiras (vide nota explicativa 4).

12. Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Correntes:				
ISS	269.829	-	121.028	-
INSS	797.798	-	721.616	-
FGTS	262.965	-	242.564	-
Pis	51.704	-	14.973	-
Cofins	426.248	-	92.988	-
IRRF	529.611	-	540.409	-
ISS retido	8.867	-	13.734	-
CSLL, Pis e Cofins retidos	849.195	-	839.811	-
INSS retido	173.374	-	217.522	-
Outros	5.166	-	13.416	-
	<u>3.374.757</u>	<u>-</u>	<u>2.818.061</u>	<u>-</u>
Parcelamentos:				
ISS	338.304	845.759	290.257	1.229.615
Refis - IN 20 (ANS) (i)	5.162.891	35.279.753	5.114.118	43.210.352
	<u>5.501.195</u>	<u>36.125.512</u>	<u>5.404.375</u>	<u>44.439.967</u>
Total	<u>8.875.952</u>	<u>36.125.512</u>	<u>8.222.436</u>	<u>44.439.967</u>

(i) Em 2009, a Cooperativa fez a adesão ao parcelamento de seus débitos com tributos federais, promovido pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que disciplina aspectos econômicos e tributários e uma nova realidade em relação aos valores e parcelamentos de tributos em atraso e contingentes, com importantes benefícios aos contribuintes. A homologação e consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreram em junho de 2011, Com isso, foi possível determinar pela Cooperativa o impacto financeiro de aproximadamente R\$ 27.096 mil, relativo ao benefício previsto na lei, quanto à redução das multas e juros dos débitos parcelados. Assim, o valor residual da obrigação consolidado pela Receita Federal em junho de 2011 foi de R\$ 49.474 mil, dividido em 160 parcelas mensais.

13. Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	2016		2015	
	Circulante	Não	Circulante	Não
		circulante		Circulante
Capital de giro	1.109.609	18.512	139.184	84.940
Investimentos	4.329.806	23.084.133	2.084.980	18.363.801
Total	5.439.415	23.102.645	2.224.164	18.448.741

Os encargos contratuais para capital de giro são de 6,17% a 14,76% ao ano, e de investimentos 8% a 19,64% ao ano. Os vencimentos finais dos financiamentos do não circulante são de janeiro de 2018 a novembro de 2022. As garantias são alienações fiduciárias e avais dos diretores.

14. Provisões

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não	Circulante	Não
		circulante		circulante
IRPJ – Corrente (i)	1.280.470	-	956.410	-
CSLL – Corrente (i)	714.750	-	502.765	-
IRPJ – Diferido	-	-	-	208.378
CSLL – Diferida	-	-	-	75.016
Tributárias (ii)	-	202.506	-	202.506
Cíveis (iii)	-	1.680.295	5.867	1.909.295
Trabalhistas (iii)	-	163.700	-	252.000
Total	1.995.220	2.046.501	1.465.042	2.647.195

(i) **IRPJ e CSLL:** Há obrigações vencidas para algumas competências tributárias.

(ii) **Tributárias:** A Cooperativa discute na justiça a legitimidade dos valores de INSS sobre a produção paga aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa, para a qual há depósito judicial no valor de R\$ 202.506 em 31 de dezembro de 2016. A Administração da Cooperativa suportada pela assessoria jurídica, entende que a possibilidade de perda é possível, mas optaram em constituir provisão para contingências nas demonstrações financeiras, no valor do depósito judicial de R\$ 202.506 em 31 de dezembro de 2016, julgada suficiente para fazer face a eventuais perdas classificadas como possíveis que possam advir em função da existência de demandas que envolvam interpretações polêmicas a respeito da tributação pela União Federal de sociedades cooperativas.

(iii) **Trabalhistas e cíveis:** A Cooperativa está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatórias e trabalhistas. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para contingências para fazer face à eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Empresa. Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas com expectativa de perda possível, cujos valores atualizados dessas demandas cíveis são de R\$ 3.798.672 e trabalhistas de R\$ 587.600 em 31 de dezembro de 2016. Há depósitos judiciais cíveis e trabalhistas nos valores de R\$ 371.248 e R\$ 218.372 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

15. Débitos diversos

Descrição	2016	2015
Salários a pagar	888.917	872.566
Provisão de férias e encargos	3.787.782	2.447.523
Fornecedores de bens e serviços	5.332.762	6.421.520
Outros diversos	595.399	1.397.206
Total	10.604.860	11.138.815

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

A Administração da Cooperativa não reclassificou o saldo de capital social para o passivo não circulante de acordo com a interpretação técnica ICPC – 14, isto é, baseada nas resoluções CFC nº 1.324/2011 de 18 de fevereiro de 2011, nº 1.365/2011 de 25 de novembro de 2011 e nº 1.516/2016 de 25 de novembro de 2016, que definiu a adoção obrigatória das referidas interpretações a partir de 1º de janeiro de 2018, facultada a sua aplicação antecipada.

b. Reserva de reavaliação

A Administração da Cooperativa, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para ao Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembléia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e

- além dessas reservas outras poderão ser constituídas com fins de duração específicos em Assembléia Geral dos cooperados.

17. (Perdas) sobra para deliberação da AGO

As perdas apuradas em 2016 são objetos de deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), e são assim demonstradas:

Descrição	2016	2015
Resultado do exercício	(4.124.364)	1.629.350
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Fundo de reserva (10% da sobra do exercício)	-	(162.935)
RATES (5% da sobra do exercício)	-	(81.467)
Realização da reserva de reavaliação	78.186	109.491
Utilização da RATES	81.467	97.766
(Perda) sobras para deliberação da AGO	(3.964.711)	1.592.205

18. Ingressos (dispêndios) financeiros líquidos

Descrição	2016	2015
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.858.486	2.842.730
Juros recebidos	536.126	585.680
Varição monetária ativa	65.550	2.146.755
Descontos obtidos	257.695	363.626
Outras receitas financeiras	199.081	224.151
	<u>3.916.938</u>	<u>6.162.942</u>
Dispêndios financeiros		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.099.217)	(313.490)
Descontos concedidos	(9.764)	(59.561)
Varição monetária passiva	(7.672)	(258.066)
Tarifas bancárias	(603.066)	(503.932)
Tarifas com cartões de créditos	(18.743)	(20.004)
Outras despesas financeiras	(552.682)	(516.056)
	<u>(2.291.144)</u>	<u>(1.671.109)</u>
Total	<u>1.625.794</u>	<u>4.491.833</u>

19. Eventos conhecidos ou avisados – modalidade pré-pagamento

Referente aos planos individuais firmados posteriormente à lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e da modalidade de pré-pagamento, consistente com o saldo informado no DIOPS em 2016, em atendimento a Resolução Normativa 290/2012 da ANS:

Descrição	Consulta		Terapias	Internações	Demais	Outros	Total
	médica	Exame			despesas	atend.	
Rede própria	1.192.499	2.624.471	59.809	10.277.249	1.134.442	-	15.288.470
Rede contratada	12.814.508	10.568.281	1.812.122	17.458.083	4.893.105	17.495	47.563.594
Total	<u>14.007.007</u>	<u>13.192.752</u>	<u>1.871.931</u>	<u>27.735.332</u>	<u>6.027.547</u>	<u>17.495</u>	<u>62.852.064</u>

20. Atendimento às regulamentações da ANS

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno e tempestivo atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

21. Gerenciamento de risco

A Cooperativa está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio, destacam-se:

a. Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados a seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Cooperativa também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa com liquidez imediata.

b. Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Cooperativa está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares está vinculada à variação cambial. Neste caso, nenhuma ação específica é tomada além do monitoramento do mercado, tendo em vista que os efeitos eventualmente provocados pela variação da moeda não são significativos e não justificam a tomada de nenhuma posição financeira.

c. Risco de taxas de juros

O risco inerente de taxa de juros surge da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculados aos indexadores TJLP, CDI e IPCA, sobre os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Cooperativa concentra suas aplicações financeiras em títulos públicos indexados à variação do CDI.

22. Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
